



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Paulo Queiroz. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciou-se o vereador Pablo Farah. Este saudou os poucos parlamentares presentes parabenizando-os pela assiduidade e pontualidade às sessões desta Casa. Opinou que, do mesmo modo que se cobra do funcionário público que seja pontual e assíduo ao trabalho, também se deve cobrar dos vereadores deste Poder. Revelou que iria ao velório de um amigo, mas decidiu que viria antes participar da sessão ordinária deste dia, tomar parte nas discussões e debater soluções para os problemas que atingem a população, cumprindo com o compromisso assumido como parlamentar de Belém. Julgou inadmissível haver apenas quatro dos trinta e cinco vereadores presentes em plenário no início da sessão. Externou, porém, que não irá esperar por ninguém e cumprirá com sua obrigação. Recordou ter passado vinte anos nas ruas atuando como investigador da Polícia Civil. Tendo jurado servir à bandeira e à população, sempre tentou cumprir com esse juramento, embora tivesse cometido erros por não ser perfeito. Referiu-se depois à intenção da Prefeitura Municipal de Belém de ceder o Mercado de São Brás à iniciativa privada. Comentou que todos estão alvoroçados nas redes sociais e a imprensa agora ocupa diuturnamente aquele espaço, veiculando até informações desencontradas. Considerou louvável a cessão daquele espaço à exploração privada, desde que isso traga melhorias para as pessoas que ali trabalham e para a população de um modo geral. Comentou que os feirantes ali labutam há anos em condições insalubres e hoje há poucos frequentadores. Entretanto, apontou, há um pequeno grupo que se opõe à mudança prevista e tenta criar conflito, dificultar. Ressaltou a necessidade de recuperar, higienizar e tornar seguro aquele logradouro para que ele volte a ser bem frequentado. Disse ter certeza de que a Prefeitura de Belém fará o cadastramento de todos os feirantes que lá atuam e alertou que não deve ser permitida a especulação – a sublocação para terceiros dos pontos de venda ali situados. Advertiu que todo o complexo do Mercado de São Brás está em condições deploráveis, sobretudo a feira que se situa na parte de trás do prédio, e espera a reforma seja completa. Avaliou que certamente os feirantes pagarão com prazer as taxas que forem deles cobradas se puderem trabalhar em um local revitalizado. Especulou que o volume de vendas e frequência do público triplicarão após a reforma porque as pessoas terão vontade de ir ao Mercado de São Brás e à feira a ele conjugada fazer suas compras. Fez votos de que estas parcerias entre o setor público e a iniciativa privada estendam-se a outros logradouros em nossa cidade, tal como o Memorial Magalhães Barata, também abandonado. Atestou haver a dívida histórica de recuperar esse monumento, atualmente ocupado por viciados, traficantes e ladrões. Testificou que as parcerias com o setor privado deram certo em todo o Brasil – citando os exemplos de São Paulo, Curitiba e Fortaleza. Questionou então por que motivo não dariam certo em Belém. Pediu que se parasse de fazer oposição por oposição. Findo este pronunciamento, o vereador Êmerson Sampaio assumiu a presidência da Mesa. Subiu então à tribuna o vereador Sargento Silvano e comentou estar prevista a publicação do edital do próximo concurso para a Polícia Militar do Estado do Pará - PMPA neste mês de dezembro, perfazendo um total de sete mil vagas. Parabenizou o governador Hélder Barbalho pela iniciativa, julgando que isto certamente trará mais segurança à população com o ingresso na corporação de homens capacitados e treinados. Inteiro que um vídeo divulgado pelo comandante da PMPA deu informações sobre este concurso, mas também criou uma polêmica ao informar sobre um projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa estabelecendo que apenas bacharéis em direito possam ingressar no quadro de oficiais da PMPA. Esclareceu não ser contrário à melhoria da PMPA com a qualificação do seu quadro funcional. Ressaltou, porém, haver hoje na corporação por volta de 17 mil integrantes na ativa, havendo em torno de oito mil a nove mil soldados. Afirmou que a maioria destes tem curso

superior e querem construir uma carreira na Polícia Militar, mas o novo projeto impede a ascensão, causando grande desconforto. Reportou que, como vereador desta Casa e presidente de uma associação de policiais militares, tratará do assunto nesta semana com vários deputados estaduais. Grande parte deles, apontou, não concorda com o projeto porque tira a possibilidade de soldados que são formados em diferentes áreas tornarem-se oficiais da PMPA. Pediu ao governador Hélder Barbalho, ao comandante-geral da PMPA e aos deputados estaduais, que revejam este projeto, pois ele desestimulará os que labutam diariamente como soldados militares e bombeiros. Sugeriu que se fizesse uma emenda permitindo que os atuais membros da corporação possam chegar ao oficialato. Parabenizou depois a PMPA por prender Matheus Pinheiro dos Santos Peixoto, assassino da adolescente Bianca Cunha da Silva, cujo corpo levou em um carrinho de mão e jogou em um terreno baldio no Bairro do Mangueirão. Destacou depois o trabalho das igrejas evangélicas em Belém – citando a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Assembleia de Deus, a Igreja Portas Abertas, a Igreja Deus é Amor, a Igreja Batista e a Igreja Universal do Reino de Deus. Contou ter assistido a uma reportagem no canal Boas Novas na qual um pastor fizera uma afirmação interessante: não precisamos apenas de um presidente cristão, precisamos ter um país cristão. Pontificou que somente melhoraremos como nação quando reconhecermos que Deus é o Senhor. Atribuiu o crescimento de Israel à fé em Javé, mencionando o dia do Yom Kipur, o Dia do Perdão, uma das datas mais importantes do judaísmo, com vinte e cinco horas de jejum e oração intensa uma vez por ano. Opinou faltar isso ao nosso país – que todos os ministros, padres, religiosos e todos aqueles que acreditam em Deus reúnam-se uma vez por ano e comecem a orar pelo Brasil. Pronunciou-se depois o vereador Wilson Neto e aludiu a um vídeo que circula nas redes sociais mostrando o motorista de um carro que invade uma ciclovia, para o veículo e ameaça um ciclista por ocupar aquele espaço. Lamentou ser essa uma atitude ainda comum em nossa cidade. Salientou que, enquanto foi secretário municipal de esporte, acompanhou em vários momentos a Guarda Municipal de Belém – GBEL e a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana – Semob na fiscalização das ciclovias. Acrescentou que na gestão do prefeito Zenaldo Coutinho houve grande aumento no número de ciclovias em Belém, existindo hoje aproximadamente cem quilômetros de ciclovias e ciclofaixas em nossa cidade. Apontou que tais vias são usadas por pessoas que buscam qualidade de vida, grupos que praticam o ciclismo como atividade física para obter mais saúde, mas, sobretudo as ciclovias e ciclofaixas são usadas diariamente por homens e mulheres para chegar ao trabalho, ir a uma consulta médica ou acompanhar um filho até a escola. Considerou inaceitável ameaçar e ofender um ciclista que está utilizando o espaço da ciclovia. Repudiou tais atitudes, alertando que o trânsito é feito por todos, a mobilidade urbana é feita por todos. Ressaltou ser comum em nossa cidade ver motocicletas trafegando nas ciclovias e carros, ônibus e caminhões nelas estacionados indevidamente. Estabeleceu não ser suficiente apenas cobrar do poder público – da Prefeitura Municipal de Belém, da PMPA ou do governo estadual - a fiscalização e a punição, pois é preciso que a sociedade entenda e respeite aquele espaço, compreenda ser ele exclusivamente destinado aos ciclistas, em qualquer horário. Não havendo mais vereadores inscritos, o presidente perguntou à plenária se algum vereador não inscrito gostaria de se pronunciar. Não havendo manifestação neste sentido, declarou encerrado Horário do Expediente, iniciando-se o Horário de Liderança. Pela liderança do Republicanos, Toré Lima defendeu a mudança do Regimento Interno para garantir maior assiduidade e pontualidade dos vereadores às sessões ordinárias deste parlamento. Assinalou ter protocolado uma alteração estabelecendo que as sessões ordinárias iniciem com a Primeira Parte e a Segunda Parte da Ordem do Dia, havendo um aumento do tempo de discussão dos requerimentos e dos projetos de lei. Posteriormente ocorreriam o Horário do Expediente e o Horário de Liderança, com um tempo reduzido. Pontuou que todos os vereadores têm seus afazeres, mas devem cumprir com a obrigação de estarem presentes às nove horas da manhã neste plenário para participar das sessões ordinárias. Recordou que, há quarenta e cinco dias atrás, o presidente da CMB, vereador Mauro Freitas, declarou aos jornais a intenção de cortar o ponto dos parlamentares faltosos. Entretanto, observou, nada foi feito neste sentido, exortando ser necessário cumprir com esta disposição tornada pública. Atestou haver vereadores que há meses não comparecem a esta Casa. Pela liderança do MDB – PHS, Joaquim Campos lembrou que, durante três anos, foi o primeiro parlamentar a chegar à CMB para participar das sessões ordinárias. Após sofrer um infarto, há sessenta e dois dias, recebeu três pontes de safena e uma mamária e poderia ausentar-se das sessões por até noventa dias, segundo o atestado médico, mas voltou decorridos sessenta dias. Avaliou ser mais do que clara a falta de respeito de alguns parlamentares para com os eleitores. Reiterou o que fora dito anteriormente por Toré Lima: há vereadores que não aparecem nesta Casa de jeito nenhum. Evocou ter sugerido há algum tempo a inversão da ordem de ocorrência dos períodos da sessão ordinária, mas reconheceu ser necessário também aumentar o tempo de discussão dos requerimentos e projetos. Externou que neste dia, pela primeira vez, chegou às nove horas na Casa, mas foi abordado por um funcionário – Muriel, fotógrafo. Inteirou que este profissional fora sequestrado no interior do estado. Dedicou-se então a trabalhar com a polícia, desde a noite

em que o crime ocorreu, para localizá-lo e ao seu veículo. Informou que o fato se deu no mesmo dia em que a agência bancária do Banco do Brasil em São Domingos do Capim foi assaltada (01/11/2019). Contou que na ocasião os bandidos levaram a caminhonete deste funcionário e o deixaram amarrado no mato. Afiançou que Muriel agora passa por uma situação difícil - sofrendo as consequências do trauma vivido - e precisava de uma palavra de conforto. Passara então algum tempo com ele conversando e chegou a este plenário somente às nove horas e quinze minutos. Pleiteou que os vereadores possam minimamente apresentar projetos que gerem despesas (orçamento impositivo), pois, caso contrário, os parlamentares serão apenas "vacas de presépio", com pouca possibilidade real de atuar. Pela liderança do PSDB, Nehemias Valentim ponderou que alguns problemas somente podem ser resolvidos no período da manhã e isso faz com que alguns vereadores ausentem-se das sessões. Voltando-se para a conjuntura nacional, destacou ser necessário instar os deputados federais a avançar na discussão e aprovar projetos de relevância para o povo brasileiro. Opinou que o discurso do ministro Paulo Guedes, feito no dia anterior, foi de doer o coração porque se vê que o dinheiro não chega aonde deve chegar. O ministro expressou que os recursos devem chegar às mãos dos prefeitos e governadores porque eles fazem o gerenciamento das cidades e nestas ocorre a violência e falta saneamento, asfalto, saúde e educação. Um projeto do governo federal, cientificou, estabelece mudança na destinação dos recursos advindos do pré-sal: 70% do total ficariam com os estados e municípios e 30% ficariam com o governo federal, invertendo-se a determinação atual. Em aparte, manifestou-se o vereador Moa Moraes. Após este pronunciamento, o vereador Amaury da APPD assumiu a presidência da Mesa. Pela liderança do PP, Emerson Sampaio denunciou que uma assembleia irregular - que contou com a participação de apenas 29 pessoas - decidiu realizar a comercialização, o loteamento e venda das áreas verdes do Conjunto Tapajós, no Bairro do Tapanã. Notificou já ter denunciado o fato ao Ministério Público do Estado do Pará - MPPA e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Semma, garantindo que lutará para que este crime não seja cometido. Testificou ser inadmissível que em uma cidade como Belém - com tão poucas áreas de lazer, com tão poucos espaços públicos para a prática de esportes e tão poucas áreas verdes - a associação de moradores do Conjunto Tapajós tenha decidido, de forma arbitrária e ilegal, fazer o loteamento e a comercialização de uma área pública. Noticiou que o conjunto tem passado por momentos críticos devido a administrações desastrosas. Citou um acordo feito com uma construtora permitindo que se fizesse uma tubulação, passando por dentro do Conjunto Tapajós, escoando todo o esgoto dos condomínios em volta. Hoje, continuou, isto provoca o total alagamento da comunidade Bairro da Fé. Revelou que o campo de futebol daquela associação foi usado para fazer politicagem, trocado por apoio político. Denunciou haver um grupo político que se acha dono do conjunto, achando-se no direito de comercializar as áreas verdes lá existentes. Participou ter recebido um recado deste grupo dizendo-lhe que não deveria se intrometer nas questões relativas ao Conjunto Tapajós porque não é morador da área. Respondeu-lhes da tribuna que, como vereador de Belém, pode atuar em qualquer região do município e quando os moradores, sentindo-se prejudicados, o procuraram, resolveu comprar a briga. Asseverou que lutará até as últimas consequências e não tem medo, não adiantando mandarem recados. Pediu o apoio dos demais parlamentares a esta causa. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima reportou-se também à falta de pontualidade e assiduidade dos vereadores às sessões ordinárias desta Casa. Disse ter visto alguns parlamentares neste plenário no máximo quatro vezes durante seus nove meses de mandato. Entretanto, deplorou, tais vereadores se reelegem porque o povo não percebe, não cobra de seus representantes. Tratou depois do assassinato da jovem Bianca Cunha da Silva, de 15 anos de idade. A este respeito lembrou as palavras da socióloga Luiza Bairros: não é a violência que cria a cultura, é a cultura que cria a violência. Explicou haver uma cultura de banalização do feminicídio e de culpabilização da mulher que morreu - a vítima termina por tornar-se a culpada. Pior que isso, prosseguiu, a misoginia é tão estrutural que as próprias mulheres culpam a vítima. Repercutiu os comentários sobre o assassinato de Bianca nas redes sociais: questionavam o que fazia uma menina de quinze anos na rua, o que fazia uma menina de madrugada com um desconhecido, onde estava a mãe dessa menina, onde estava o pai dessa menina. Declarou que se deve em verdade responsabilizar os homens covardes que usam a maior força física que têm para ferir e matar as mulheres mais frágeis. No caso de Bianca deve ser responsabilizado um homem covarde que ilude uma adolescente de quinze anos. Proclamou ser necessário indignar-se perante esses atos covardes e acabar com a cultura misógina que leva a culpar as mulheres. Ilustrou que temos mulheres culpando mulheres por usarem roupas curtas, por estarem até tarde na rua, por beberem. Comparou que os homens ficam até tarde na rua, andam sem camisa, bebem e não são abusados e assassinados. Inquiriu por que motivo as mulheres devem andar somente durante o dia, por que motivo elas não podem ter segurança. Arrazoou ser a cultura do estupro que valoriza esse tipo de opinião, sobretudo nas redes sociais. Em aparte, manifestou-se o vereador Sargento Silvano. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Emerson Sampaio. Pela liderança da Oposição, Amaury da APPD



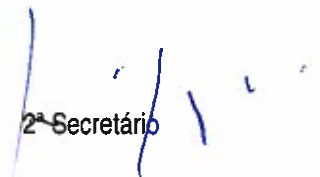
parabenizou o vereador Mauro Freitas pelo seu aniversário. Referiu-se depois às dificuldades enfrentadas pelos pais e acompanhantes das pessoas com deficiência física para usufruir o direito à gratuidade do transporte. Esta só é garantida quando estão acompanhados das pessoas portadoras de deficiência. Esclareceu que, muitas vezes, as crianças fazem tratamento por longos períodos, até o dia inteiro, nas instituições específicas e os pais não tem o dinheiro para pagar a passagem de volta. Vão deixá-las mas não têm como voltar porque a roleta trava se não estiverem acompanhadas da pessoa deficiente. Isso está ocorrendo com o novo sistema de reconhecimento facial. Sobrelevou a importância deste assunto, pedindo a atenção dos demais parlamentares ao problema. Pediu que todos unissem forças para encontrar soluções de modo a não prejudicar o tratamento das crianças ao impossibilitar o deslocamento dos pais ou acompanhantes. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Emerson Sampaio solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente para a realização de nova verificação de presença. Findo este período, assumiu a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas e o vereador José Dinelly também o parabenizou pela passagem de seu aniversário. Fez-se então a nova verificação. Permanecendo a falta de quórum, o presidente encerrou a sessão às dez horas e vinte minutos. Estavam licenciados os vereadores Dr. Chiquinho, Simone Kahwage e Blenda Quaresma. Justificou sua ausência a vereadora Professora Nilda Paula. Estiveram presentes os vereadores: Professor Elias e Mauro Freitas, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Bioco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Sargento Silvano, pelo bloco PSD - PTC; Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; Joaquim Campos e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Igor Andrade, pela bancada do PSB; Paulo Queiroz, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Adriano Coelho, pelo PDT; Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Wilson Neto e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Emerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 06 de novembro de 2019.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário